

# Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias  
31 de dezembro de 2024 com Relatório  
do Auditor Independente.**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	16
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	16
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....	17
6. IMOBILIZADO .....	17
7. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	18
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	18
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	18
10. RECEITA .....	20
(1) Variação em razão da .....	20
11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” .....	21
12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	21
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	22
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	22
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	24
16. NOTAS DE CONCILIAÇÃO .....	27
RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	33
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	36

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhor Acionista,

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) submete à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

### A Sete Lagoas

#### Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade transformação (MVA)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Neves 1- Sete Lagoas 4	simples	345	49	1.450	02/06/2014	01/01/2043
Sete Lagoas 4- Três Marias	duplo	345	177	1.450	04/06/2014	01/01/2043

#### Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/23 a jun/24)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
Neves 1 – Sete Lagoas 4	100%	2.039.516	2.039.516	NA	Junho	IPCA
Sete Lagoas 4 – Três Marias	100%	4.026.867	4.026.867	NA	Junho	IPCA

#### RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022	2021	2024	2025	2026	2027	2028
Neves 1 – Sete Lagoas 4	1.881.814	2.011.991	2.072.665	2.148.798	2.228.772	2.303.425	2.380.455
Sete Lagoas 4 – Três Marias	3.763.358	4.002.026	4.080.116	4.217.734	4.374.710	4.521.242	4.672.438

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para o Contrato de Concessão nº 006/2011 da Sete Lagoas.

No caso desse contrato, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreu o processo de reajuste tarifário anual para a receita do contrato 006/2011 da Sete Lagoas.

### **RAP homologada para o ciclo 2024-2025**

As RAPs do ciclo 2024-2025 da Companhia foram estabelecidas em R\$11.917. No período, o índice de preço IPCA variou -3,963%.

A RAP da concessionária Sete Lagoas Transmissora de Energia - SLTE (contrato 006/2011), teve uma variação de 29,3%, aumento acima do índice de reajuste contratual - IPCA, refletindo a entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024 e reconhecidas no reajuste do ciclo 2024-2025.

## **INVESTIMENTOS**

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Sete Lagoas, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 1.979 mil, desse montante destaca-se o investimento para a conclusão da Obra de Reforço referente a construção de duas novas seções de LT 138 kV na SE Sete Lagoas 4 a fim de atender a Cemig D e a um dos seus clientes.

## DESEMPENHO ECONÔMICO

### **Resultado do exercício**

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$4.598 mil em 2024, comparado ao resultado de R\$3.326 mil em 2023.

### **Receita operacional bruta**

A receita operacional bruta foi de R\$11.218 mil em 2024, em comparação a R\$9.948 mil em 2023. O aumento foi decorrente da atualização anual da Receita Anual Permitida – RAP.

### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA em 2024 e 2023. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 75,90% em 2024 (76,49% em 2023).

R\$ mil	2024	2023	Var. %
<b>Resultado regulatório</b>	4.598	3.326	38,25
Despesa de IR e CS	1.510	1.908	(20,86)
Depreciação e amortização	2.046	2.005	2,04
Resultado financeiro	(868)	(967)	(10,24)
<b>LAJIDA <sup>(1)</sup></b>	<b>7.286</b>	<b>6.272</b>	<b>16,17</b>

(1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

### **Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração**

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$7.405 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$370 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.518 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.517 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.230	1.845
Investimentos temporários	4	4.838	2.606
Concessionárias e permissionárias	5	535	741
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		304	107
Serviços em curso		132	130
Outros ativos		433	303
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>8.472</b>	<b>5.732</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Investimentos temporários	4	1.825	-
Tributos diferidos		889	878
Imobilizado	6	47.334	47.403
Direito de uso		69	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>50.117</b>	<b>48.281</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>58.589</b>	<b>54.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		316	591
Tributos a recolher	8	136	193
Encargos regulatórios	7	1.136	815
Dividendos a pagar	9	3.518	7.435
Convênio de compartilhamento	14	133	157
Passivo de arrendamentos		29	-
Outros passivos		6	14
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>5.274</b>	<b>9.205</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos regulatórios	7	156	24
Imposto de renda e contribuição social	13	404	607
Passivo de arrendamento		63	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>623</b>	<b>631</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.897</b>	<b>9.836</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9		
Capital social		50.649	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.792
Reservas de lucros		2.043	2.055
Prejuízos acumulados		-	(8.527)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>52.692</b>	<b>44.177</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>58.589</b>	<b>54.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
<b>RECEITA</b>	10	<b>11.218</b>	<b>9.948</b>
Receita de transmissão de energia elétrica		11.218	9.948
<b>TRIBUTOS</b>	10	<b>(1.037)</b>	<b>(920)</b>
PIS/Pasep		(185)	(164)
Cofins		(852)	(756)
<b>ENCARGOS – PARCELA “A”</b>	10	<b>(582)</b>	<b>(828)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(100)	(83)
Reserva Global de Reversão - RGR		(441)	(711)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(41)	(34)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>9.599</b>	<b>8.200</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>9.599</b>	<b>8.200</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>	11	<b>(4.359)</b>	<b>(3.933)</b>
Serviços de terceiros		(1.664)	(1.344)
Materiais		(427)	(412)
Compartilhamento de infraestrutura		(112)	(131)
Seguros		(46)	(2)
Depreciação e amortização		(2.046)	(2.005)
Outros custos operacionais		(64)	(39)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>5.240</b>	<b>4.267</b>
<b>Resultado financeiro</b>	12	<b>868</b>	<b>967</b>
Receitas financeiras		884	981
Despesas financeiras		(16)	(14)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	13	<b>6.108</b>	<b>5.234</b>
Despesa com tributos sobre o lucro		(1.510)	(1.908)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>4.598</b>	<b>3.326</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.598	3.326
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.598</b>	<b>3.326</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>36.857</b>	<b>13.792</b>	<b>1.672</b>	-	<b>(7.836)</b>	<b>44.485</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.326	3.326
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>						
Reserva legal	-	-	383	-	(383)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.634)	(3.634)
Retenção de lucros para investimento	-	-	-	3.634	(3.634)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	-	(3.634)	3.634	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>36.857</b>	<b>13.792</b>	<b>2.055</b>	-	<b>(8.527)</b>	<b>44.177</b>
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores	-	-	-	7.435	-	7.435
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.598	4.598
<b>Destinação do lucro proposta à AGO:</b>						
Integralização AFAC	13.792	(13.792)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	370	-	(370)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.518)	(3.518)
Retenção de lucros para investimento	-	-	-	3.517	(3.517)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	(382)	(10.592)	11.334	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>50.649</b>	<b>-</b>	<b>2.043</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52.692</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**  
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	4.598	3.326
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 13)	1.510	1.908
Depreciação e amortização (Nota 6)	2.046	2.005
Juros e variações monetárias	(551)	(975)
	<b>7.603</b>	<b>6.264</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	206	130
Tributos compensáveis	(11)	(331)
Serviços em curso	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(197)	54
Outros ativos	(130)	(13)
	<b>(134)</b>	<b>(160)</b>
<b>(Redução) Aumento de passivos</b>		
Fornecedores	(275)	448
Impostos, taxas e contribuições (Nota 8)	(57)	14
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(168)	-
Encargos regulatórios (Nota 9)	453	230
Convênio de compartilhamento (Nota 14)	(24)	1
Outros passivos	18	-
	<b>(53)</b>	<b>693</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>7.416</b>	<b>6.797</b>
Juros resgatados (Nota 4)	253	898
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.545)	(1.080)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>6.124</b>	<b>6.615</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(8.718)	(6.259)
Resgate de Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	4.959	9.614
Imobilizado (Nota 6)	(1.980)	(9.004)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(5.739)</b>	<b>(5.649)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>385</b>	<b>966</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.845	879
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.230	1.845
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>385</b>	<b>966</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, n. 1.200, Subsolo 1, Sala12, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 11 de agosto de 2022, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o parecer de acesso RELATÓRIO ONS DTA-2022-PA-0107-R0, autorizando duas novas conexões da Cemig Distribuição no setor de 138kV da SE Sete Lagoas 4, previstas para entrar em operação em maio de 2024.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) positivo de R\$4.031 mil, negativo de R\$3.473 mil em 31 de dezembro de 2023 e positivo em 3.276 em 31 de dezembro de 2022. A variação de 2024 se refere a um aumento dos investimentos temporários e variação em 2023 se refere a dividendos a pagar.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **Receita Anual Permitida**

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.342/2024, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 11.917 mil, para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, R\$ 9.234 mil, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 03 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **2.2. Bases de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e permissionários (contas a receber não faturado); e
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

### **2.5. Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

#### *Imobilizado*

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				72	38
<b>Aplicações financeiras</b>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	80,0	-	620
Overnight	Pré-fixada	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	2.158	1.187
<b>Total</b>				<b>2.230</b>	<b>1.845</b>

Estão divulgados na nota explicativa nº 15 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

### 4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
<b>Circulante</b>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	CDI	-	103 a 104,3	-	249
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	3.856	1.633
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	982	724
				<b>4.838</b>	<b>2.606</b>
<b>Não circulante</b>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	1.825	-
				<b>1.825</b>	<b>-</b>
				<b>6.663</b>	<b>2.606</b>

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 14 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades

## 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos		Total	
	Não Faturado	91 até 360 dias	Mais de 360 dias	2024	2023
Concessionárias e permissionárias	168	13	354	535	741
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>13</b>	<b>354</b>	<b>535</b>	<b>741</b>

## 6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
Transmissão		55.716	(21.118)	34.598	55.716	(19.069)	36.647
Custo histórico	2,97	55.716	(21.118)	34.598	55.716	(19.069)	36.647
<b>Em curso</b>							
Transmissão		12.736	-	12.736	10.756	-	10.756
<b>TOTAL AIS + AIC</b>		<b>68.452</b>	<b>(21.118)</b>	<b>47.334</b>	<b>66.472</b>	<b>(19.069)</b>	<b>47.403</b>

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Valor bruto em 31/12/2024	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão	55.716	55.716	(21.118)	34.600	38.651
Terrenos	1.152	1.152	-	1.152	1.152
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.803	5.803	(2.058)	3.745	4.140
Máquinas e equipamentos	48.690	48.690	(19.012)	29.679	33.326
Móveis e utensílios	71	71	(48)	24	33
<b>SUBTOTAL</b>	<b>55.716</b>	<b>55.716</b>	<b>(21.118)</b>	<b>34.600</b>	<b>38.651</b>

Ativo Imobilizado em curso – R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adição	Valor bruto em 31/12/2024	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão						
Máquinas e equipamentos	6.020	1.980	8.000	-	8.000	-
Outros	4.736	-	4.736	-	4.736	1.752
<b>Subtotal</b>	<b>10.756</b>	<b>1.980</b>	<b>12.736</b>	<b>-</b>	<b>12.736</b>	<b>1.752</b>
<b>Total do ativo Imobilizado</b>	<b>66.472</b>	<b>1.980</b>	<b>68.452</b>	<b>(21.118)</b>	<b>47.336</b>	<b>40.403</b>

## 7. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2024	2023
<b>Passivo circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	990	834
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3	1
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6	11
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	135	109
CDE sobre P&D	2	(140)
	<b>1.136</b>	<b>815</b>
<b>Passivo Não circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	<b>156</b>	<b>24</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>1.292</b>	<b>839</b>

## 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
PASEP	-	10
COFINS	-	48
INSS	130	129
Outros	6	6
	<b>136</b>	<b>193</b>

## 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito é de R\$50.649 dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$36.857 dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2024 foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado societário do Exercício	7.405	7.651
Reserva legal	(370)	(383)
	<b>7.035</b>	<b>7.268</b>
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	3.518	3.634
Reserva de retenção de lucros para investimentos	3.517	3.634
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>7.035</b>	<b>7.268</b>

### c) Reservas

#### Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de Lucro	2024	2023
Reserva Legal	2.425	2.055
	<b>2.425</b>	<b>2.055</b>

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

#### Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2024, em reserva especial, referente aos dividendos obrigatórios, no de R\$7.435, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

#### Reserva para investimento

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2024, parcela do lucro líquido societário do exercício, no montante de R\$3.517 para ser aplicado em reserva para investimento.

#### d) Destinação do resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, que, ao resultado societário do exercício de 2024, no montante de R\$7.405, seja dada a seguinte destinação:

- R\$370 para constituição de reserva legal;
- R\$3.518 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.517 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$3.518, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

#### e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.435</b>
Dividendo obrigatório não distribuído <sup>(1)</sup>	(7.435)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	3.518
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.518</b>

(1) Saldo transferido do passivo circulante para a reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído de 2023 e 2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

## 10. RECEITA

	2024	2023
Receita de transmissão com energia elétrica	11.218	9.948
Deduções à receita operacional (a)	(1.619)	(1.748)
<b>Receita operacional líquida <sup>(1)</sup></b>	<b>9.599</b>	<b>8.200</b>

(1) Variação em razão da entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024.

#### a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
PIS/Pasep	185	164
Cofins	852	756
Reserva Global de Reversão – RGR	441	711
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	29	23
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	36	34
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	23	33
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	41	16
CDE sobre P&D	12	11
<b>TOTAL</b>	<b>1.619</b>	<b>1.748</b>

## 11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2024	2023
Pessoal (a)	424	412
Serviços de terceiros (b)	1.664	1.344
Materiais	115	131
Provisões	46	2
Depreciação e amortização	2.046	2.005
Outros custos e despesas operacionais	64	39
	<b>4.359</b>	<b>3.933</b>

### a) Pessoal e administradores

	2024	2023
<b>Pessoal</b>		
<b>Outros</b>		
Convênio de compartilhamento	380	348
	<b>380</b>	<b>348</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	44	64
Participação nos resultados		
	<b>64</b>	<b>64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>424</b>	<b>412</b>

### b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Operação e manutenção	978	934
Meio ambiente	6	-
Conservação e limpeza	433	301
Auditoria	91	-
Tecnologia da informação	71	80
Outros	85	29
<b>TOTAL <sup>(1)</sup></b>	<b>1.664</b>	<b>1.344</b>

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº14. A variação observada decorre da entrada em operação de novas obras ao longo do ciclo 2023-2024.

## 12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	647	1.028
Créditos de PASEP/COFINS sobre receitas financeiras	(42)	(47)
Outras receitas financeiras	279	-
	<b>884</b>	<b>981</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	(16)	(14)
	<b>(16)</b>	<b>(14)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>868</b>	<b>967</b>

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO REAL</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.108	6.108
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal</b>	<b>1.527</b>	<b>550</b>
Ajustes de efeitos fiscais	125	125
<b>Base de cálculo</b>	<b>6.233</b>	<b>6.233</b>
Aproveitamento fiscal	(1.871)	(1.871)
<b>Lucro Real</b>	<b>4.362</b>	<b>4.362</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>654</b>	<b>393</b>
Imposto de Renda adicional	413	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>1.067</b>	<b>393</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>37</b>	<b>13</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.067</b>	<b>393</b>
<b>Diferido</b>	<b>37</b>	<b>13</b>

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO REAL</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.234	5.234
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal</b>	<b>1.308</b>	<b>471</b>
Ajustes de efeitos fiscais	450	450
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.684</b>	<b>5.684</b>
Aproveitamento fiscal	(1.705)	(1.705)
<b>Lucro Real</b>	<b>3.979</b>	<b>3.979</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>597</b>	<b>358</b>
Imposto de Renda adicional	374	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>971</b>	<b>358</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>426</b>	<b>153</b>
<b>Corrente</b>	<b>971</b>	<b>358</b>
<b>Diferido</b>	<b>426</b>	<b>153</b>

### 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Encargos de conexão</b>								
Cemig Distribuição	305	295	-	-	2.699	2.602	-	-
<b>Encargos de transmissão</b>								
Norte Energia	8	-	-	-	102	97	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	3	3	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	18	16	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	5.220	4.988	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

### Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	133	157	-	-	(200)	(466)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(198)	-
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	(37)	-
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	232	68	-	-	(1.019)	(934)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

### Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Dividendos</b>								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	3.518	7.435	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.518. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 9.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	2.158	1.187	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	4.838	2.606	-	-	394	129	-	-
<b>Não circulante</b>								
Investimentos temporários	1.825	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	42	62
Participação nos resultados	10	14
Previdência privada	2	2
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>54</b>	<b>78</b>

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Concessionárias e permissionárias		535	535	740	740
Investimentos temporários		1.825	1.825	-	-
		<b>2.360</b>	<b>2.360</b>	<b>740</b>	<b>740</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.230	2.230	1.845	1.845
Investimentos temporários					

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	-	-	249	249
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.788	3.788	1.606	1.606
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	982	982	724	724
Debêntures	2	68	68	28	28
		<b>7.068</b>	<b>7.068</b>	<b>4.452</b>	<b>4.452</b>
		<b>9.428</b>	<b>9.428</b>	<b>5.192</b>	<b>5.192</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(316)	(316)	(591)	(591)
Passivo de arrendamentos		(69)	(69)	-	-
		<b>(385)</b>	<b>(385)</b>	<b>(591)</b>	<b>(591)</b>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### **Risco de Crédito**

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

## Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	167	90	-	59	-	316
Arrendamento	1	2	3	24	98	128
	<b>168</b>	<b>92</b>	<b>3</b>	<b>83</b>	<b>98</b>	<b>444</b>

## Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

## 16. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		2.230	-	2.230	1.845	-	1.845
Investimentos temporários		4.838	-	4.838	2.606	-	2.606
Concessionárias e permissionárias		535	-	535	741	-	741
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		304	-	304	107	-	107
Ativo contratual	16.1	-	9.002	9.002	-	8.701	8.701
Serviços em curso		132	(132)	-	130	(130)	-
Outros créditos		433	-	433	303	-	303
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>8.472</b>	<b>8.870</b>	<b>17.342</b>	<b>5.732</b>	<b>8.571</b>	<b>14.303</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Investimentos temporários		1.825	-	1.825	-	-	-
Tributos diferidos		889	-	889	878	-	878
Ativo contratual	16.1	-	109.427	109.427	-	104.219	104.219
Imobilizado	16.1	47.334	(47.334)	-	47.403	(47.403)	-
Direito de uso		69	-	69	-	-	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>50.117</b>	<b>62.093</b>	<b>112.210</b>	<b>48.281</b>	<b>56.816</b>	<b>105.097</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>58.589</b>	<b>70.963</b>	<b>129.552</b>	<b>54.013</b>	<b>65.387</b>	<b>119.400</b>

## b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		316	-	316	591	-	591
Tributos a recolher		214	-	214	193	-	193
Encargos regulatórios	16.2	1.136	(132)	1.004	815	130	945
Dividendos a pagar		3.518	-	3.518	7.435	-	7.435
Partes relacionadas		133	-	133	157	-	157
Passivo de arrendamentos		29	-	29	-	-	-
Outras obrigações		6	-	6	14	-	14
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>5.274</b>	<b>(132)</b>	<b>5.142</b>	<b>9.205</b>	<b>130</b>	<b>9.335</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Encargos regulatórios	16.2	156	-	156	24	-	24
Tributos diferidos	16.4	-	10.955	10.955	-	10.445	10.445
Imposto de renda e contribuição social	16.5	404	24.967	25.371	607	22.446	23.053
Passivo de arrendamentos		63	-	63	-	-	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>623</b>	<b>35.922</b>	<b>36.545</b>	<b>631</b>	<b>32.891</b>	<b>33.522</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.897</b>	<b>35.790</b>	<b>41.687</b>	<b>9.836</b>	<b>33.021</b>	<b>42.857</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social		50.649	-	50.649	36.857	-	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	13.792	-	13.792
Reservas de lucros	16.1	2.043	35.173	37.216	2.055	23.839	25.894
Prejuízos acumulados	16.1	-	-	-	(8.527)	8.527	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>52.692</b>	<b>35.173</b>	<b>87.865</b>	<b>44.177</b>	<b>32.366</b>	<b>76.543</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>58.589</b>	<b>70.963</b>	<b>129.552</b>	<b>54.013</b>	<b>65.387</b>	<b>119.400</b>

### c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>		<b>11.218</b>	<b>5.518</b>	<b>16.736</b>	<b>9.948</b>	<b>14.895</b>	<b>24.843</b>
Remuneração do ativo contratual	16.1	-	11.597	11.597	-	9.797	9.797
Receita de construção	16.3	-	3.692	3.692	-	12.674	12.674
Receita de operação e manutenção	16.1	-	790	790	-	-	-
Outras receitas/Ajuste de revisão tarifária		-	-	-	-	2.372	2.372
Subvenções vinculadas ao EUST		657	-	657			
Receita de transmissão com energia elétrica		10.561	(10.561)	-	9.948	(9.948)	
<b>TRIBUTOS</b>		<b>(1.037)</b>	<b>(510)</b>	<b>(1.547)</b>	<b>(920)</b>	<b>(1.578)</b>	<b>(2.498)</b>
PIS/Pasep	16.4	(185)	(91)	(276)	(164)	(228)	(392)
Cofins	16.4	(852)	(419)	(1.271)	(756)	(1.350)	(2.106)
<b>ENCARGOS – PARCELA "A"</b>		<b>(582)</b>	<b>-</b>	<b>(582)</b>	<b>(828)</b>	<b>-</b>	<b>(828)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(100)	-	(100)	(83)	-	(83)
Reserva Global de Reversão - RGR		(441)	-	(441)	(711)	-	(711)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(41)	-	(41)	(34)	-	(34)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>9.599</b>	<b>5.008</b>	<b>14.607</b>	<b>8.200</b>	<b>13.317</b>	<b>21.517</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>9.599</b>	<b>5.008</b>	<b>14.607</b>	<b>8.200</b>	<b>13.317</b>	<b>21.517</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>		<b>(4.359)</b>	<b>67</b>	<b>(4.292)</b>	<b>(3.933)</b>	<b>(6.995)</b>	<b>(10.928)</b>
Serviços de terceiros		(1.664)	(21)	(1.685)	(1.344)	-	(1.344)
Pessoal		(427)	-	(427)	(412)	-	(412)
Custo de construção	16.3		(1.681)	(1.681)		(9.000)	(9.000)
Materiais		(112)	(277)	(389)	(131)	-	(131)
Provisões operacionais		(46)	-	(46)	(2)	-	(2)
Depreciação e amortização	16.1	(2.046)	2.046	-	(2.005)	2.005	-
Outros custos operacionais		(64)	-	(64)	(39)	-	(39)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>5.240</b>	<b>5.075</b>	<b>10.315</b>	<b>4.267</b>	<b>6.322</b>	<b>10.589</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>868</b>	<b>-</b>	<b>868</b>	<b>967</b>	<b>-</b>	<b>967</b>
Receitas financeiras		884	-	884	981	-	981
Despesas financeiras		(16)	-	(16)	(14)	-	(14)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>6.108</b>	<b>5.075</b>	<b>11.183</b>	<b>5.234</b>	<b>6.322</b>	<b>11.556</b>
Despesa com tributos sobre o lucro	16.5	(1.510)	(2.268)	(3.778)	(1.908)	(1.997)	(3.905)
<b>Resultado líquido</b>		<b>4.598</b>	<b>2.807</b>	<b>7.405</b>	<b>3.326</b>	<b>4.325</b>	<b>7.651</b>

### d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>87.865</b>	<b>76.543</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Ativo contratual - CPC 47	(35.173)	(32.366)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>52.692</b>	<b>44.177</b>

## e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>7.405</b>	<b>7.651</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Ativo contratual - CPC 47	(761)	(2.320)
Depreciação e amortização	(2.046)	(2.005)
<b>Total dos ajustes de práticas contábeis</b>	<b>(2.807)</b>	<b>(4.325)</b>
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>4.598</b>	<b>3.326</b>

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

### 16.1 Ativos vinculados à concessão - Transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

### **16.2 Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

### **16.3 Receita de construção e custo de construção**

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção. Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

#### **16.4 Impostos, taxas e contribuições**

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

#### **16.5 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

\* \* \* \* \*

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo  
Diretor-Presidente

Andrea Marques de Almeida  
Diretora

Fredstwon Reis Pereira  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador – CRC-MG 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de julho de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 03 de julho 2025

Outorgada: Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo  
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida  
Diretora

Fredstwon Reis Pereira  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

### CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.